



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



Ata da Reunião Ordinária nº 10/2026, de 21 de julho de 2026. Ocorreu de forma presencial com as seguintes participações: Dr^a Elaine Bastos – representante do CREFITO; Sr^a Rita Daumas e Sr^a Terezinha Ruade – representantes do MAMAS; Dr^a Ana Claudia Travassos e Dr. André Luiz Martins Machado – representantes da OAB; Sr. João Carlos Hill Filgueiras – representante da Paróquia Nossa Senhora de Nazareth; Sr^a Mônica Gonçalves e Sr^a Vera Lúcia Ferreira – representantes da Secretária Municipal de Saúde; Sr^a Maria José Ricardo – representante da AMEAS; Sr^a Márcia Gonçalves dos Santos – representante do PRAJOS (não conselheira); Sr^a Gleice Cristina Andrade dos Santos – estagiária do MAMAS (não conselheira); Sr^a Cátia Regina S. B. da Costa – estagiária do MAMAS (não conselheira) e Sr^a Alessandra T. Moreira – estagiária LACES (não conselheira). A vice-presidente, Dr^a Elaine, iniciou a reunião cumprimentando todas as pessoas presentes e a Secretária Juliana informou a justificativa de ausência da conselheira, Sr^a Luciana, que comunicou previamente sua participação na organização da Marcha Estadual das Mulheres Negras, em Copacabana, bem como a reunião relacionada ao evento no mesmo dia e horário, impossibilitando sua presença. Dando continuidade à pauta, foi submetida a **P1. Aprovação da Ata nº 09 de 2026**, enviada previamente aos conselheiros no dia 17 de julho de 2026. Não havendo solicitações de alteração, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi abordado a **P2. Relatórios para análise do CMS enviados pela Comissão Fiscalizadora do município de Saquarema**. Considerando a extensão e a complexidade dos documentos, deliberou-se pela realização de reunião da Comissão Orçamentária e Financeira do CMS para análise detalhada do material. Dessa forma, ficou acordado o agendamento para o dia 31 de julho de 2026, às 9h30 na sede do conselho. Prosseguindo, foi apresentada a **P3. Relatório da Visita de Fiscalização realizada ao CT Deus é Amor**, localizada em Vilatur. Os conselheiros, Sr^a Terezinha, Sr. João e Dr^a Elaine relataram que a instituição apresentou documentação regular, estrutura física em boas condições, ambiente limpo e organizado, acessibilidade adequada e equipe técnica composta por assistente social, psicóloga, nutricionista, enfermeira e técnica de enfermagem. Foram prestadas orientações aos responsáveis quanto à necessidade de observância da carga horária e das atribuições profissionais previstas pelos respectivos conselhos de classe, especialmente em relação aos profissionais de enfermagem, ressaltando-se a importância do cumprimento da legislação trabalhista e profissional para evitar futuras irregularidades. Registrou-se ainda que o CT possui capacidade para 27 leitos, encontrando-se com 13 acolhidos no momento da inspeção, atendendo exclusivamente pessoas do sexo masculino em tratamento para dependência química. Foi lembrado que a instituição já havia encerrado temporariamente suas atividades em ocasião anterior, em decorrência de denúncias e da ausência, à época, de equipe multidisciplinar completa, situação atualmente regularizada. Sr^a Terezinha também destacou a necessidade de criação de um Termo de Visita institucional para utilização nas inspeções realizadas pelo Conselho, possibilitando o registro formal das orientações e recomendações emitidas durante as visitas. Foi informado que a Secretária Executiva, Juliana, receberá o modelo do documento, que será adaptado para apreciação do Pleno. Também foi debatida a necessidade de regulamentar o procedimento de inscrição de instituições



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



junto ao Conselho Municipal de Saúde, definindo critérios e documentação necessária para entidades que desejem obter registro no Conselho. Durante os debates, os conselheiros também discutiram dificuldades enfrentadas por instituições para oferta de estágios supervisionados, em razão das exigências dos respectivos conselhos profissionais quanto à presença obrigatória de preceptores vinculados às instituições de ensino. Foi ressaltado que tais exigências acabam limitando a oferta de campos de estágio e prejudicando estudantes da área da saúde. Dando prosseguimento à pauta, os conselheiros continuaram debatendo as dificuldades relatadas quanto ao encaminhamento de usuários para atendimento em saúde mental. Foi destacado que, segundo informações recebidas, o CAPS do município não dispõe de estrutura suficiente para atender toda a demanda apresentada. Os conselheiros observaram que a situação necessita de maior esclarecimento, deliberando pela realização de diálogo com a Coordenadora de saúde mental para melhor compreensão das dificuldades enfrentadas e das possíveis alternativas para o atendimento. Durante a discussão, foi ressaltado que parte dos usuários acolhidos nos CT's é de outros municípios, levantando dúvidas quanto ao fluxo de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os conselheiros ponderaram sobre a necessidade de compreender como ocorre o acesso desses pacientes aos serviços especializados, considerando o princípio da universalidade do SUS e as normas relacionadas ao atendimento em saúde mental. Na sequência, foi apresentado relato de visita realizada a uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), localizada na região do Tingui. Durante a inspeção, a responsável pela instituição informou que a vacinação dos idosos não se encontrava regularizada e manifestou preocupação com a ausência de acompanhamento por Agentes Comunitários de Saúde na localidade. Foi relatado que a região ainda não possui cobertura integral da Estratégia Saúde da Família, situação que dificulta o acesso dos idosos aos serviços de atenção básica. Os conselheiros destacaram que, independentemente de a instituição possuir caráter particular, os idosos acolhidos permanecem usuários do Sistema Único de Saúde e possuem direito ao acesso aos serviços públicos de saúde, conforme assegurado pela legislação vigente. Também foram feitas considerações sobre os desafios enfrentados pelas políticas públicas voltadas ao envelhecimento da população, especialmente quanto à insuficiência da assistência domiciliar e da cobertura dos serviços de saúde destinados às pessoas idosas. Prosseguindo a reunião, passou para a **P4. Relatório da XI Conferência Municipal de Saúde de Armação dos Búzios**. Foi informado que o documento será enviado posteriormente para a apreciação dos conselheiros. Além disso, foi comunicado ao Pleno que a Conferência Municipal de Arraial do Cabo foi remarcada para o dia 29 de julho de 2026, sendo consultado o interesse dos conselheiros em participar do evento. Dr^a Ana Claudia manifestou interesse, enquanto outros informaram impossibilidade de comparecimento em razão de compromissos previamente assumidos. Na sequência, a **P5. Homologação da Clínica Vascular Municipal**, referente aos novos conselheiros representantes do segmento prestador de serviços. Foi informado que houve substituição da representação anteriormente ocupada pela HUMANIZALAB, passando a indicação para a Clínica Vascular Municipal. Entretanto, a homologação não pôde ser realizada, em razão da ausência dos representantes indicados na



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



reunião. Foi esclarecido que existem dificuldades de comunicação com os novos representantes, especialmente quanto ao uso de telefone, e-mail e aplicativos de mensagens. Diante disso, deliberou-se por aguardar novo contato, sendo sugerido o envio de ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando atualização dos dados de contato dos indicados, a fim de viabilizar sua participação nas próximas reuniões. Em seguida, foi apontado o **P6. Materiais e equipamentos para compor a nova sede do CMS**, previamente encaminhadas aos conselheiros por meio de aplicativo de mensagens. Foram lembrados os itens já solicitados, destacando-se a necessidade de equipamentos que possibilitem melhor realização das reuniões, como recursos audiovisuais para apresentação de documentos e relatórios, além de mobiliário adequado para atendimento ao público e funcionamento das atividades administrativas. Também foi ressaltada a necessidade de adaptação do espaço destinado às reuniões, especialmente da área localizada na garagem do imóvel, visando ampliar a capacidade de atendimento e proporcionar melhores condições para realização das reuniões abertas à população. Na sequência, passou-se à discussão sobre a **P7. Conselhos Locais**. Foi lembrado que o tema já vinha sendo debatido em reuniões anteriores e que recentemente foi publicado edital de adesão para incentivo à implantação desses conselhos, oportunidade que não pôde ser aproveitada pelo município em razão do prazo. Os conselheiros reconheceram a importância da criação dos Conselhos Locais como instrumento de fortalecimento da participação popular, embora tenham destacado as dificuldades operacionais para sua implantação, considerando a necessidade de mobilização das comunidades, formação de representantes locais e realização periódica de reuniões. Diante da proximidade do período eleitoral, deliberou-se pelo planejamento da proposta para execução futura, prevendo estudos e organização das ações ao longo dos próximos meses, com possibilidade de retomada do projeto no início do próximo exercício. Prosseguindo, foi abordado o **P8. Relatório da XI Conferência Municipal de Saúde de Saquarema**. Dr^a Elaine informou que o relatório final se encontra em fase de revisão e comunicou que o documento será encaminhado por correio eletrônico aos conselheiros para análise e eventuais contribuições antes do envio oficial às instâncias competentes, ressaltando que o conteúdo já se encontra praticamente concluído. Nos assuntos gerais, Sr^a Mônica apresentou atualização acerca da solicitação de acesso ao processo administrativo referente às obras do Hospital Municipal Porfírio Nunes de Azeredo. Informou que manteve contato com a direção do Fundo Municipal de Saúde, sendo esclarecido que a execução da obra é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, cabendo ao Fundo apenas a realização dos pagamentos. Durante os debates, diversos conselheiros manifestaram preocupação com a demora na execução da reforma, ocasionando transtornos aos usuários e aos profissionais de saúde que continuam desempenhando suas atividades no local. Foi lembrado que o Conselho já havia realizado visita técnica ao hospital por solicitação do Ministério Público, oportunidade em que também foram identificadas demandas relacionadas às condições estruturais da unidade, inclusive quanto ao funcionamento do sistema de climatização. Os conselheiros reforçaram a necessidade de acompanhar de forma mais próxima a execução das obras para obter informações atualizadas sobre a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



situação. Em um novo assunto, Dr^a Elaine informou que foi recebido novo e-mail da cidadã Débora Klein, datado de 10 de julho de 2026, reiterando questionamentos relacionados ao Programa Farmácia Popular. Além da reclamação quanto à existência de apenas uma unidade credenciada no município para atendimento da população, a cidadã solicitou informações sobre o calendário das reuniões do Conselho, endereço atualizado da sede, horário de funcionamento e forma de participação da população nas reuniões. Foi esclarecido que tais informações já haviam sido prestadas anteriormente, inclusive de forma presencial, uma vez que a cidadã participou de reunião do Conselho, sendo deliberado apenas o reenvio das informações atualizadas. Na discussão sobre a Farmácia Popular, os conselheiros manifestaram preocupação com a dificuldade enfrentada pelos usuários em razão da existência de apenas uma unidade credenciada para atendimento de toda a população do município. Durante o debate, foi esclarecido que o credenciamento das farmácias participantes do Programa Farmácia Popular é de competência do Ministério da Saúde, não cabendo ao município a gestão desse processo. Os conselheiros relataram que outras farmácias anteriormente participantes deixaram de integrar o programa após alterações promovidas pelo Ministério da Saúde nos critérios de credenciamento e habilitação. Diante da situação, os conselheiros deliberaram, por unanimidade, o encaminhamento de um ofício para o Ministério da Saúde solicitando esclarecimentos acerca da redução do número de estabelecimentos credenciados no município e requerendo providências para ampliação da oferta do Programa Farmácia Popular em Saquarema, considerando o crescimento populacional e a demanda existente. Na sequência, Dr^a Elaine informou o recebimento de ofício encaminhado pelo Ministério Público solicitando atualização das informações referentes ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), bem como o envio do relatório consolidado das visitas de fiscalização realizadas pelo Conselho nas Unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF) do município. Ficou deliberado que será elaborado relatório contendo o histórico das visitas realizadas para posterior encaminhamento ao Ministério Público. Durante os debates, Sr^a Terezinha relatou experiências positivas no atendimento prestado pela Unidade de Estratégia Saúde da Família do Boqueirão, destacando a organização do serviço, a facilidade para marcação de consultas e a estrutura composta por quatro equipes multiprofissionais. Em contrapartida, foi ressaltado que outras unidades enfrentam dificuldades relacionadas à limitação do espaço físico e à necessidade de redimensionamento das equipes, em razão do crescimento da população cadastrada. Em continuidade, foi deliberado o agendamento de visita técnica ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), localizado na Cidade da Saúde, para o dia 27 de julho de 2026, às 14 horas. Os membros da comissão informaram que realizariam o deslocamento por meios próprios, de forma a não comprometer o cronograma da fiscalização. Após isso, foi apresentado ao Plenário o e-mail encaminhado por uma munícipe relatando dificuldades no acesso ao tratamento multidisciplinar de sua filha, de 33 anos, pessoa com hipotonia muscular generalizada, alterações posturais significativas, escoliose, déficit de coordenação motora, dificuldades de comunicação, limitações funcionais, comprometimento da autonomia, alterações comportamentais e dificuldades de mastigação e deglutição, necessitando de



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



acompanhamento multiprofissional especializado e contínuo. Segundo o relato, embora haja encaminhamento médico indicando necessidade de acompanhamento contínuo por fisioterapia motora, fisioterapia respiratória, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia e nutrição, a paciente não estaria conseguindo acesso regular aos serviços especializados na rede municipal de saúde. Os conselheiros discutiram a situação e observaram que alguns dos serviços mencionados possuem oferta limitada no município, especialmente em razão da insuficiência de profissionais especializados e da elevada demanda existente. Considerando as informações constantes na manifestação encaminhada pela cidadã, o Plenário deliberou pelo envio de ofício à Ordem Judicial, direcionado à Dr^a Karen, solicitando esclarecimentos acerca dos serviços disponíveis para atendimento de pacientes adultos com deficiência nas condições apresentadas, bem como informações sobre o fluxo de encaminhamento, a disponibilidade dos atendimentos especializados e as medidas adotadas para assegurar a continuidade da assistência prevista na prescrição médica. Na sequência, Dr. André apresentou uma rápida análise dos relatórios financeiros encaminhados pela Comissão Fiscalizadora, referentes à amostragem de despesas da Clínica da Mulher e da Clínica da Criança. Durante a discussão, foi observado que a amostragem apresentada representa percentual reduzido em relação ao volume total de recursos administrados pela Secretaria Municipal de Saúde, razão pela qual alguns conselheiros consideraram insuficiente para uma avaliação mais abrangente da execução orçamentária. Foram destacados alguns contratos constantes na documentação analisada, sobre os quais os conselheiros entenderam ser necessária melhor identificação do objeto contratado e dos serviços efetivamente prestados. Também foram observados contratos relacionados à empresa Eco Minas, destinados à manutenção predial, bem como despesas referentes ao controle de acesso das unidades, sendo levantada a necessidade de esclarecer se tais contratos se referem exclusivamente à Clínica da Mulher e à Clínica da Criança ou se abrangem outras unidades da rede municipal de saúde. Considerando as dúvidas identificadas, ficou mantida a reunião da Comissão Orçamentária e Financeira para o dia 31 de julho de 2026, às 9h, destinada à análise detalhada da documentação recebida. Também foi sugerido que, nas próximas solicitações de documentos, sejam encaminhados relatórios com amostragens mais representativas, especialmente das despesas relacionadas à Atenção Básica, permitindo ao Conselho exercer de forma mais efetiva sua função de fiscalização e controle social. Na continuidade da reunião, os conselheiros analisaram dados estatísticos referentes à produção dos serviços de saúde do município, incluindo informações sobre internações hospitalares e procedimentos realizados na rede municipal. Durante os debates, foram levantados questionamentos quanto à forma de consolidação desses dados, destacando-se a necessidade de melhor detalhamento das informações para possibilitar avaliação específica da produção das unidades hospitalares e especializadas, especialmente do Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth. Os conselheiros observaram que os relatórios apresentados consolidam informações de diferentes serviços de saúde, dificultando a análise individualizada das unidades. Diante disso, foi sugerido solicitar demonstrativos mais detalhados, contendo a produção específica de cada estabelecimento de



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



saúde, permitindo melhor acompanhamento dos indicadores assistenciais. Ainda durante as discussões, foram abordadas questões relacionadas ao financiamento da saúde pública municipal, especialmente quanto à necessidade de planejamento para manutenção das estruturas atualmente existentes e das novas unidades em construção. Os conselheiros destacaram que a ampliação da rede de serviços deve estar acompanhada da correspondente habilitação junto ao Ministério da Saúde e da garantia de fontes permanentes de financiamento, evitando que futuras dificuldades orçamentárias comprometam o funcionamento das unidades. Também foi ressaltada a importância de observar os critérios técnicos exigidos pelo Ministério da Saúde para habilitação de novos serviços, lembrando que a ausência das autorizações e habilitações necessárias pode impedir o recebimento de recursos federais destinados ao custeio das unidades. Por fim, os conselheiros reforçaram que o acompanhamento permanente dos contratos, da execução orçamentária e dos indicadores assistenciais constitui atribuição fundamental do Conselho Municipal de Saúde, visando fortalecer a transparência, o controle social e a adequada aplicação dos recursos públicos destinados ao Sistema Único de Saúde no município. Dando continuidade à reunião, foi concedida a palavra à Sr^a Márcia, representante do PRAJOS, que apresentou diversas reclamações relacionadas ao funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Jaconé. A usuária do SUS informou que as consultas estão sendo agendadas para o mês de janeiro, evidenciando a insuficiência da capacidade de atendimento da unidade diante da demanda da população. Ressaltou que Jaconé é um dos bairros mais populosos do município e que a estrutura física da ESF é incompatível com essa realidade. Além disso, relatou problemas estruturais na unidade, destacando a ausência de privacidade no momento da realização dos exames, informando que o seu eletro foi feito na sala de triagem. Outrossim, informou que o espaço é reduzido para atendimento dos usuários, as instalações são inadequadas e é precária as condições de trabalho dos profissionais. Também mencionou dificuldades relacionadas ao atendimento administrativo, alegando tratamento inadequado por parte de alguns funcionários indicados por políticos, demora nos atendimentos e constantes remarcações de consultas. Em relação ao serviço odontológico, informou que o consultório apresenta odor desagradável de mofo, e que há relatos de falta de materiais necessários para a realização dos procedimentos. Acrescentou que os exames frequentemente se perdem por ausência de protocolo de recebimento, gerando insegurança aos usuários, uma vez que a unidade não fornece comprovante da entrega das solicitações. Foi ainda apontado que o ambiente da recepção é inadequado para o volume de pacientes atendidos, tornando o local desconfortável tanto para os usuários quanto para os profissionais. Também foi relatada a insuficiência de Agentes Comunitários de Saúde, especialmente na região situada após a Avenida 1, considerada pela representante como uma área desassistida pelo poder público. Sr^a Márcia informou atuar em um projeto social de defesa de direitos, por meio do qual recebe inúmeras reclamações relacionadas ao funcionamento da ESF de Jaconé, destacando dificuldades para contato com a unidade, inclusive pelo fato das comunicações ocorrerem por meio de aplicativo de mensagens sem possibilidade de retorno, ocasionando perda de consultas pelos pacientes. Embora tenha



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



reconhecido o empenho e a qualidade do atendimento prestado pelos médicos da unidade, ressaltou que o número de profissionais é insuficiente para atender à demanda existente, comprometendo a assistência à população. Na sequência, manifestou preocupação quanto ao projeto de construção da futura Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Jaconé, afirmando que o local previsto, em frente à Escola Municipal Ismênia de Barros Barroso, apresenta limitações de acesso, ausência de vagas de estacionamento, deficiência no transporte público e dificuldades de mobilidade, principalmente para pessoas com deficiência e moradores da região situada após a Avenida 1. Defendeu que a unidade seja construída em área mais centralizada, na Avenida 1 pois atenderia melhor à população local, como moradores depois da Rua 76 até a Rua 55, evidenciando que mais da metade da população do bairro reside nessa região. Também foram mencionadas dificuldades enfrentadas pelos moradores em razão das condições das vias públicas, constantes alagamentos, deficiência do transporte coletivo e da ausência de equipamentos públicos de saúde na região mais afastada do bairro. Na continuidade das manifestações, foram levantadas dúvidas quanto ao abastecimento de medicamentos, uma vez que usuários estariam sendo encaminhados entre a Policlínica e a ESF sem conseguir retirar os medicamentos prescritos dentro do prazo de validade das receitas. Também foi relatada grande dificuldade para agendamento de consultas na especialidade de Neurologia. Em relação aos exames preventivos, foi citado o caso de uma paciente portadora de mioma que teve seu exame adiado por questões de idade, em razão do protocolo vigente. Foi esclarecido que a periodicidade dos exames segue critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, podendo haver exceções mediante justificativa clínica devidamente registrada pelo profissional responsável. Diante das diversas manifestações apresentadas, os conselheiros deliberaram pela realização de uma nova visita de fiscalização na unidade de Jaconé. Por fim, os presentes iniciaram a organização do cronograma das visitas técnicas, primeiramente nas Unidades Vila, Boqueirão e Barra Nova, ficando previamente acordada a realização da primeira visita no dia 24 às 9h com a presença dos conselheiros Sr. João, Sr^a Terezinha, Sr^a Rita, Dr^a Ana e Dr^a Elaine. Em um novo questionamento, Sr^a Terezinha e Dr^a Elaine perguntaram qual o papel dos agentes de saúde no município de Saquarema. Foi informado que a função desses profissionais é cadastrar e dar cobertura em cada região do município. Outro ponto discutido foi a transferência de usuários entre diferentes Estratégias de Saúde da Família (ESF). Os participantes relataram que, apesar da existência de prontuário eletrônico, as informações clínicas nem sempre acompanham o paciente quando ocorre mudança de unidade, obrigando-o a repetir consultas e fornecer novamente todo o seu histórico médico, situação considerada inadequada e passível de aprimoramento. Também foram registradas reclamações sobre alterações e remarcações de consultas e exames sem comunicação eficiente aos pacientes, o que pode ocasionar faltas involuntárias e aumentar os índices de absenteísmo nas unidades de saúde. Os conselheiros reforçaram a necessidade de aprimoramento da comunicação entre as unidades de saúde e os usuários, bem como da utilização mais eficiente dos sistemas de informação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Juliana Raqui, lavrei esta ata.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema
Conselho Municipal de Saúde de Saquarema



Dr^a Elaine de Oliveira Bastos
Vice-presidente do CMS